

O processo criativo coletivo na Educação Musical na Diversidade e a ressignificação do sujeito em sofrimento psíquico

Thelma Sydenstricker Alvares
Universidade Federal do Rio de Janeiro
tsydalvares@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa qualitativa discute, através de um estudo de caso, o trabalho de educação musical realizado com pessoas em sofrimento psíquico. Utilizamos o conceito Educação Musical na Diversidade que parte do pressuposto de que o ser humano possui uma natureza complexa que se manifesta de diferentes maneiras incluindo diferenças religiosas, culturais, de gênero, étnicas, sexuais, econômicas que podem levar o indivíduo, com ou sem necessidade especial, à situação de vulnerabilidade ou risco social. O grupo estudado desenvolve um trabalho coletivo de criação; enfatizamos a importância do protagonismo dos alunos defendendo que ele seja o sujeito de sua educação e não o objeto dela. A pesquisa indica que as aulas de música têm contribuído com a emancipação do grupo que consegue, através de seu processo criativo, expressar questões relativas ao sofrimento psíquico e refletir sobre o que é loucura.

Palavras chave: Protagonismo; Criatividade; Sofrimento Psíquico.

Nesse artigo discutimos uma pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso, na qual temos como foco de estudo o processo criativo coletivo das aulas de música com pessoas em sofrimento psíquico¹. Amarante (2014) critica a reforma psiquiátrica por não ter, de forma eficiente, garantido a desinstitucionalização que defende a ideia de abandonar o modelo de tratamento centrado no conceito de doença e tratar o indivíduo em sua totalidade. Segundo o pesquisador, “quando falamos em desmedicalização, não estamos falando em diminuição do medicamento, e sim na diminuição do papel da medicina. Queremos diminuir a apropriação que a medicina faz da vida cotidiana, o discurso médico sobre a vida. Isso não conseguimos.” (p.17).

¹Com a reforma psiquiátrica, o termo doença, distúrbio ou transtorno mental, é substituído por sofrimento psíquico. Este novo termo acompanha práticas clínicas e sociais inovadoras que refletem e fundamentam a mudança do termo. É importante ressaltar que a reforma psiquiátrica brasileira propôs a substituição do termo doença ou transtorno mental por sofrimento psíquico. Esta mudança demonstra tanto os avanços do sistema de tratamento em si e suas abordagens que visam à interação do indivíduo com a sociedade, como também reflete um novo entendimento conceitual do que seja loucura. (ALVARES; AMARANTE, 2016).

Acreditamos que para tratar o indivíduo em sua totalidade, como sugerido por Amarante (2014), precisamos abordar a Educação. No entanto, como trabalhar com grupos de pessoas que foram historicamente excluídas do sistema educacional? Observamos, infelizmente, que o discurso médico cada vez mais se apropria do cotidiano das pessoas, chegando, inclusive, à sala de aula. Não é incomum observar relatos de professores que se referem a seus alunos por diagnósticos, como, por exemplo: “Tenho um Down e um Asperger na minha turma”. De acordo com Kuenzer (2002), observamos um processo de inserção social caracterizado pela inclusão excludente que, mesmo apoiado por um aparato legal, é ainda incapaz de garantir o respeito e o direito à diversidade social, cultural, econômica e política. Segundo Skliar (2006, p.17), “é possível afirmar que a ‘educação especial’ não existe, mas sim uma invenção disciplinar, desordenada, heterogênea, criada pelas ideias e os conceitos vagos do ‘normal’, da ‘norma’, da ‘normalidade’”. Concordamos com estes autores e acreditamos que

Por mais que o discurso da inclusão pretenda tornar a educação um espaço que acolha a todos, isto não ocorre na prática. A criança que tem algum tipo de diagnóstico já é recebida na escola como *o aluno especial* e, de modo geral, isto gera a sua invisibilidade como ser humano em seu processo educacional e em sua vida. E aquela criança que não tem diagnóstico? O que ocorre com os alunos que vêm de uma cultura considerada de menos valia ou apenas muito diferente daquela da maioria? Será que nós, educadores, conseguimos perceber, respeitar e trabalhar com o universo humano tão diferenciado com o qual lidamos? O nosso sistema educacional permite ou estimula este reconhecimento? (ALVARES; AMARANTE, 2016, p. 15).

Acreditamos que a educação inclusiva não responda às necessidades de inserção escolar de muitos alunos. Às vezes, ela não contribui nem para a inserção da pessoa com necessidade especial, nem para resolver questões de segregação de outros indivíduos ou grupos do ambiente escolar. Quantas vezes não escutamos relatos do tipo: “Os alunos especiais não são o meu problema em classe. Os outros...”? Acreditamos que um caminho para enfrentar os desafios da Educação contemporânea seja trabalhar genuinamente com as diferenças humanas, entendendo-as como algo inerente, e não como uma distorção da natureza humana (ALVARES; AMARANTE, 2016). A intolerância às diferenças religiosas e étnicas, por exemplo, tem sido um desafio em todo mundo que tem gerado, inclusive, muitos conflitos, guerras,

movimentos xenofóbicos, etc. Precisamos cultivar uma cultura de respeito às diferenças em nosso ambiente escolar como meio de contribuir para paz mundial. O convívio com as diferenças pode ser uma oportunidade única para aprimoramento das interações humanas que se inicia na escola, mas se desdobra na vida de cada membro da comunidade escolar.

Por outro lado, sabemos também que o respeito à diferença não soluciona o problema da marginalização ou exclusão social. A sociedade brasileira é marcada por desigualdades sociais com grande parte de sua população em situações desfavoráveis e marginais. Ou seja, a exclusão é inerente à desigualdade social e a Educação não tem como, isoladamente, resolver estas desigualdades. Precisamos de políticas sociais que visem à diminuição da desigualdade social em nosso país. Propomos o conceito de Educação Musical na Diversidade por acreditar que ele responde melhor aos desafios que encontramos em nossos espaços educacionais:

A Educação Musical na Diversidade baseia-se no reconhecimento e respeito pelas mais diferentes situações e características humanas, sejam estas deficiências ou não. Buscamos a equidade, a validação das diferenças humanas através de um reconhecimento respeitoso às nossas peculiaridades, tanto individuais, quanto de grupos específicos. Acreditamos em um posicionamento solidário frente a situações sociais e a condições humanas desvantajosas. O reconhecimento genuíno da diversidade humana requer também critérios de justiça social. Entendemos que uma sociedade marcada por desigualdade reproduz esta desigualdade em seus espaços pedagógicos. (ALVARES; AMARANTE, 2016, p. 15).

O Protagonismo do aluno e o processo criativo: música e identidade

Ao trabalhar com pessoas em sofrimento psíquico, observamos a dificuldade dos alunos em conviver com nossos padrões sociais, como ilustrado por este relato: “É muito difícil se ajustar ao mundo”. Trabalhar com o conceito de Educação Musical na Diversidade significa ir de encontro ao processo de “normalização”, isto é, de “encaixe” de indivíduos em padrões socialmente definidos. Isto não significa a “formação de rebeldes”, mas sim a reflexão sobre aquilo que é, ou não é, socialmente aceito ou desviante. Arbex (2013) descreve a realidade do maior hospício brasileiro que, felizmente, foi fechado após o forte movimento da Reforma

Psiquiátrica brasileira. Neste hospício, apenas 30% dos internados tinham algum diagnóstico psiquiátrico:

Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças. (Arbex, 2013, p. 14).

McNiff (2004), arteterapeuta, afirma que as Artes têm um papel na cura por propiciar uma ação assertiva que oferece uma alternativa para a resignação passiva à psicopatologia e à disfunção pessoal. Segundo o autor, a Arte pode curar onde quer que seja praticada e sua capacidade transformadora se potencializa quando o trabalho é desenvolvido em grupo. Em inglês a palavra cura pode ser traduzida por *healing* e *curing*. *Healing*, termo utilizado por McNiff, não se refere ao fim da doença ou conflito necessariamente, mas à capacidade da pessoa lidar com sua doença/conflito e ter um ganho pessoal com este processo. Já *curing* significa a cura como fim da doença.

Consideramos pertinente pensar em cura, como tradução de *healing*, quando trabalhamos com pessoas em sofrimento psíquico. Não temos a intenção de torna-los “normais”, mas sim de contribuir com a emancipação destas pessoas, principalmente através de seu protagonismo no processo educacional. A Educação Musical propicia oportunidades de expor questões relativas ao sofrimento psíquico, construir novas percepções, desconstruir preconceitos relativos ao sofrimento psíquico e interagir com o mundo através da exposição do trabalho desenvolvido. Afinal, “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2012, p. 75).

Hargreaves, Miell e Macdonald (2004) afirmam que a música é uma atividade essencialmente social. Segundo estes autores uma das funções sociais primordiais da música é o estabelecimento e desenvolvimento da identidade do indivíduo. Ao se trabalhar com pessoas em sofrimento psíquico, a escuta e a interação do grupo em ambientes fora do *setting*

terapêutico facilitam o processo de quebra do isolamento tão característico desta população. No entanto, para que essa escuta realmente se concretize é essencial compreender a diversidade:

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las, e se não os escuto, não posso falar *com* elas, mas a elas, de *cima para baixo*. Sobretudo, me proíbo entendê-las. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso *escutá-lo ou escutá-la*. O diferente não é o outro a merecer respeito, *é um isto ou aquilo*, destratável ou desprezível. Se a estrutura do meu pensamento é a única certa, irrepreensível, não posso *escutar* quem pensa e elabora seu discurso de outra maneira que não a minha. Nem tampouco escuto quem fala ou escreve fora dos padrões da gramática dominante. E como estar aberto às formas de ser, de pensar, de valorar, consideradas por nós demasiado estranhas e exóticas, de outra cultura? (FREIRE, 2011, p. 118).

Começamos pela escuta dos discursos individuais e assim chegamos ao discurso do grupo, isto é, a uma pauta comum que será a base para o desenvolvimento do processo criativo coletivo. Geralmente o grupo escolhe questões relativas aos estigmas e dificuldades com que as pessoas em sofrimento psíquico, ou outros grupos marginalizados, lidam. É importante ressaltar que o professor/pesquisador tem um papel fundamental no desenvolvimento desta pauta comum, registrando as ideias abordadas e verificando, com o grupo, se sua percepção reflete o que foi discutido. Este “espaço compartilhado de ensino, onde o aluno toma para si uma responsabilidade pelo processo e uma voz ativa, também contribui para o desenvolvimento de seu protagonismo em seu processo educacional” (SALGADO; ALVARES, 2016, p. 60).

Gostaríamos de abordar alguns exemplos que ilustram o nosso trabalho. *Faxina nas ideias* é um rap construído a partir de discussões sobre os preconceitos que as pessoas do grupo sofrem por terem diagnóstico psiquiátrico. O rap sugere uma “faxina” nos preconceitos. Criamos a letra (neste artigo apenas um recorte do texto) e o arranjo da música que foi apresentada no Festival de Arte e Cultura da Diversidade e em outros eventos: “Esfrega com

arte, Enxágua com arte, Lustra com Arte, Pra brilhar como cristal/Meu amigo eu te acordo, Pra você me acordar, Tá na hora da faxina, A sujeira tem que acabar/Vamos limpar, O Universo da Mente, Os neurônios feridos, E as dores da gente/ Em uma boa faxina, Desarrumamos as ideias, Não adianta o espanador, Só espalha preconceito/ Preconceito é sujeira/ Ponha tudo na lixeira/ Reciclar suas ideias/ Não é fácil brincadeira/ Caiu a ficha?”. O grupo entra no palco com baldes, vassouras, rodos, etc. criando assim uma interação lúdica com a plateia.

Em 2015, como desdobramento do trabalho realizado com o tema do rap, o grupo propôs o tema *Faxina nas ideias. Mais Arte, mais solidariedade, menos remédio* para o Carnaval 2016 do Coletivo Carnavalesco *Tá Pirando, Pirado, Pirou*². O tema foi escolhido no concurso realizado anualmente. Esta escolha resulta na produção de vários sambas que são criados por usuários e profissionais dos serviços de saúde mental, familiares e pessoas da comunidade. Já próximo do Carnaval, um segundo concurso é feito para a seleção do samba que desfilará na avenida. Após intensas discussões com os participantes do *Tá Pirando*, nosso tema foi modificado para *Faxina nas ideias. Mais Arte, mais solidariedade. O samba é um santo remédio*. A mudança foi fruto de uma discussão sobre o papel do remédio no tratamento. Alguns usuários temiam que o uso do termo *menos remédio* poderia ser entendido como uma recomendação para o não uso de medicação psiquiátrica. Eles disseram que o bloco tinha uma responsabilidade ética com as pessoas que fazem tratamento e, especialmente, com aquelas pessoas que não querem tomar medicação. Durante esta discussão, nosso grupo sugeriu outra ideia para complementar a ideia inicial: *Mais Arte, mais solidariedade. Só remédio vira tédio*. No entanto, esta ideia também foi refutada, pois algumas pessoas disseram que isto seria uma visão preconceituosa. Afinal, para algumas pessoas o uso exclusivo do remédio pode ser um tratamento eficaz.

Acreditamos que a Educação Musical para este grupo tem contribuído para a emancipação das pessoas envolvidas. O trabalho estimula a reflexão crítica, a conscientização

² O Coletivo Carnavalesco *Tá Pirando, Pirado, Pirou* reúne pessoas que se tratam em diversos serviços de atendimento à pessoa em sofrimento psíquico. O Coletivo desenvolve oficinas de percussão, composição de sambas e confecção de alegorias durante todo ano. O *Tá Pirando* desfila na Avenida Pasteur, no Rio de Janeiro, uma semana antes do início do Carnaval reunindo cerca de mil foliões.

das pessoas em sofrimento psíquico sobre seu potencial em ser um agente de transformação social e a inserção destas pessoas em atividades culturais, como relatado no Coletivo Carnavalesco *Tá Pirando, Pirado, Pirou* que faz parte da programação do Carnaval da cidade do Rio de Janeiro.

Referências

AMARANTE, Paulo. Queremos diminuir a apropriação que a medicina faz da vida cotidiana. **Radis**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, n. 146, Nov. 2014.

ALVARES, Thelma; AMARANTE, Paulo. Educação musical na diversidade: um caminho para a ressignificação do sujeito em sofrimento psíquico. In: ALVARES, Thelma; AMARANTE, Paulo (Orgs.). **Educação Musical na Diversidade: construindo um olhar de reconhecimento humano e equidade social em Educação**. Curitiba: CRV, 2016.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HARGREAVES, David; MIELL, Dorothy; MACDONALD, Raymond. What are musical identities and why they are important? In: HARGREAVES, David; MIELL, Dorothy; MACDONALD, Raymond (Orgs.). **Musical identities**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

KUENZER, Acacia Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C. et al. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores associados, 2002.

McNiff, Shaun. **Art heals**. Boston, MA: Shambala, 2004.

SALGADO, José Alberto; ALVARES, Thelma. Refletindo sobre práticas musicais educativas, diferença e emancipação. In: ALVARES, Thelma; AMARANTE, Paulo (Orgs.). **Educação Musical na Diversidade: construindo um olhar de reconhecimento humano e equidade social em Educação**. Curitiba: CRV, 2016.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, David (Org.). **Educação e Inclusão: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.